

de Lima Filho, Presidente da AMLURB, o Secretário Adjunto da Casa Civil, senhor Alexandre Modanezi, o Secretário de Governo, senhor Julio Semeghini, o Secretário das Prefeituras Regionais, senhor Cláudio Carvalho, o Secretário de Comunicação, senhor Fábio Santos, a Diretora Presidente da Ilume, senhora Denise de Abreu, Coordenador Geral do Orçamento, senhor Ahmed Sameer El Khatib, e a Secretária Adjunta da Secretaria da Fazenda, senhora Giulia Putomatti. Em seguida, passou a palavra às autoridades representantes do Poder Executivo Municipal, que exibiram cada qual uma breve apresentação do projeto de lei orçamentária e do projeto de PPA, no tocante ao órgão respectivo, com utilização do equipamento de data show; encerrada a apresentação, o Presidente teceu alguns comentários, traçou uma estratégia para o andamento da audiência e intercalou a concessão da palavra entre os vereadores presentes, a mesa, o público inscrito dentre os presentes e os representantes do Poder Executivo, que responderam os questionamentos formulados; assim prosseguiu a audiência até o final. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, para constar, nós, Mário Sérgio Horta, Felipe Ferreira Fairbanks e Fábio de Castro Paiva, lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes e por nós subscrita.

#### SUPERVISÃO DAS COMISSÕES DO PROCESSO LEGISLATIVO - SGP-12

#### PARECER CONJUNTO Nº 2000/2017 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA; E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 013/2017

O presente projeto, de autoria do Vereador Mário Covas Neto, institui o Bilhete Especial do Desempregado, que será concedido aqueles que trabalharam, no mínimo, por 6 (seis) meses no último emprego com carteira assinada e foram demitidos sem justa causa.

A propositura estabelece que referido Bilhete Especial terá validade por 90 (noventa) dias e não será renovável. Os desempregados poderão solicitá-lo no prazo mínimo de 1 (um) mês, e máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de demissão.

De acordo com a justificativa, objetiva-se auxiliar os trabalhadores que perderam seus empregos na busca por um novo trabalho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade da iniciativa.

A Comissão de Administração Pública, no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória e deve prosperar, sendo, portanto, favorável o parecer.

A Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, no âmbito de sua competência, entende que a oferta deste benefício temporário aos desempregados poderá beneficia-los na continuidade de suas atividades, tendo grande benefício social. Portanto, consigna parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está condizente com os referidos legais de conduta fiscal. Favorável, portanto, é o parecer.

Sala das Comissões Reunidas, 14.12.2017.  
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
Fernando Holiday  
Antonio Donato  
André Santos  
Patrícia Bezerra  
COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA.  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Jair Tatto  
Isac Felix  
Atilio Francisco  
Ricardo Nunes  
Reginaldo Tripoli

#### PARECER CONJUNTO Nº 2006/2017 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 160/2017.

O presente projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Fernando Holiday, institui o Programa de catalogação dos bens imóveis do Município.

A propositura estabelece que o Município faça relatório contendo a catalogação de todos os bens imóveis especiais e dominicais de sua propriedade a cada três anos, devendo tal relatório ser publicado no Diário Oficial e enviado ao prefeito, ao presidente da Câmara Municipal e ao presidente do Tribunal de Contas do Município.

O relatório deverá conter:  
I. Lista de todos os bens imóveis especiais e dominicais do Município;  
II. Sua localização precisa;  
III. Planta, mesmo que simplificada;  
IV. Os seus dados no registro imobiliário, quando houver registro;  
V. Informações atualizadas sobre qualquer invasão por parte de pessoas ou grupos organizados, ou informações sobre tentativa ou intenção de invasão;

VI. O nome do órgão que usa o imóvel;  
VII. O valor de mercado do imóvel;  
VIII. As condições de conservação do imóvel, os custos estimados para pô-lo em boas condições e os riscos que a possível má conservação apresentam para o imóvel e para os transeuntes;

IX. Se há locação, comodato ou qualquer direito real ou pessoal que incida sobre o imóvel;

X. Se convém ao órgão público permanecer no imóvel, considerando o serviço prestado e a facilidade de acesso do povo;  
XI. Os custos anuais de conservação do imóvel, sua eventual reforma e manutenção, bem como as receitas que eventualmente seriam geradas pela venda do imóvel;

XII. O nível de utilização do imóvel (abandonado ou invadido; sem uso; subutilizado; utilizado, mas o usuário pode mudar-se para outro imóvel; e, imóvel utilizado, sem que o usuário possa mudar-se para outro imóvel).

O relatório também deverá trazer sugestões acerca da possibilidade de mudança na localização de órgãos públicos; melhorias na gestão patrimonial dos imóveis, de forma a prevenir e combater invasões e deterioração; manutenção de imóveis que pertençam ao patrimônio histórico e cultural da cidade; e, conveniência da desafetação e venda, por meio do procedimento de licitação, de imóveis subutilizados, ou sua cessão a outros entes federativos ou particulares.

Em sua justificativa, o autor argumenta que existem diversos imóveis públicos sem qualquer destino ou subutilização por órgão ociosos, o que facilita a especulação imobiliária e a invasão de imóveis por grupos organizados. Informa que o objetivo da propositura é permitir ao Município e aos órgãos de controle uma gestão mais profissionalizada e também se pretende coibir qualquer prática de invasão e formas mais rápidas de repeli-las. A Digníssima Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela Legalidade do projeto.

Conforme informações obtidas na página eletrônica da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, existem cerca de 16.000 áreas públicas municipais, totalizando aproximadamente 81 Km².

O Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário (DGPI) tem a atribuição de gerir as áreas públicas municipais, sendo responsável pela manutenção do acervo de documentos que identificam as áreas de propriedade do Município e pela destinação de tais áreas públicas, por meio da cessão a órgãos públicos municipais, entes públicos ou privados, conforme haja existência de interesse público ou social. (fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/urbanismo/index.php?p=217321>. Consultado em: 07/08/2017).

Desde o ano de 2005, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento divulga relatórios anuais sobre as áreas de uso comum, dominiais e de uso especial. Entretanto, estes relatórios não dispõem de tantas informações quantas aquelas apontadas no projeto de lei.

A Comissão de Administração Pública, no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória e deve prosperar. O parecer é portanto favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está condizente com os referidos legais de conduta fiscal. Favorável, portanto, é o parecer.

Sala das Comissões Reunidas, 14/12/2017.  
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
Fernando Holiday  
Alfredinho  
Antonio Donato  
André Santos  
Patrícia Bezerra  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Aurélio Nomura  
Jair Tatto  
Isac Felix  
Atilio Francisco  
Reginaldo Tripoli

#### SGP-13 – SECRETARIA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS E TEMPORÁRIAS

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
AUDIÊNCIA PÚBLICA  
Data : 27 de Fevereiro de 2018  
Horário: Das 10H ÀS 13H  
Local : Sala "Sérgio Vieira de Mello", 1º Subsolo  
Pauta : "Mulheres Encarceradas".

#### SECRETARIA DA CÂMARA

**SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA**  
PORTARIA 44421/18  
HOMOLOGANDO promoção, por evolução funcional, tendo em vista a apuração feita no processo 1221/07, da referência QPL-16 para a referência QPL-17, da seguinte funcionária:  
RF Nome do servidor Cargo Data da promoção  
11199 Danielle Piacentini Stivanini Procurador Legislativo 19/01/18  
PORTARIA 44422/18  
HOMOLOGANDO promoção, por evolução funcional, tendo em vista a apuração feita no processo 1221/07, da referência QPL-8 para a referência QPL-9, dos seguintes funcionários:  
RF Nome do servidor Cargo Data da promoção  
11335 Paulo Victor Freire Ribeiro Técnico Administrativo 31/01/18  
11330 Marcelo Vidal de Sousa Técnico Administrativo – Contabilidade 13/01/18

PORTARIA 44423/18  
EXONERANDO, a pedido, EUQUE RAMOS DE ALENCAR SILVA, registro 230854, do cargo de Assessor de Gabinete, referência QPLCG-3, do 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44424/18  
EXONERANDO, a pedido, SEBASTIÃO PETRONILIO GONÇALVES, registro 230561, do cargo de Assessor de Gabinete, referência QPLCG-3, do 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44425/18  
EXONERANDO, a pedido, SONIA FERREIRA LOUREIRO, registro 230565, do cargo de Assessor de Gabinete, referência QPLCG-3, do 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44426/18  
EXONERANDO, a pedido, VALDO XAVIER BARROS, registro 230690, do cargo de Assessor de Gabinete, referência QPLCG-3, do 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44427/18  
NOMEANDO EUQUE RAMOS DE ALENCAR SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-1, no 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44428/18  
NOMEANDO SEBASTIÃO PETRONILIO GONÇALVES, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-1, no 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44429/18  
NOMEANDO SONIA FERREIRA LOUREIRO, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-1, no 1º Gabinete de Vereador.  
PORTARIA 44430/18  
NOMEANDO VALDO XAVIER BARROS, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-1, no 1º Gabinete de Vereador.  
SOBRESTAMENTO DE APOSENTADORIA  
Lilian Bueno Alba – RF 10933 - Proc. 19/18  
À vista do requerimento à fl. 34, DEFIRO o sobrestamento do Processo Administrativo nº 19/2018, relativo à aposentadoria de Lilian Bueno Alba, registro funcional nº 10933.

#### SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP-2

#### SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

#### 84ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 15 HORAS.

I - PARTE - EXPEDIENTE  
PEQUENO EXPEDIENTE:  
1º ORADOR(A): ADRIANA RAMALHO (PSDB)  
GRANDE EXPEDIENTE:  
1º ORADOR(A): JANAÍNA LIMA (NOVO)  
II - PARTE - ORDEM DO DIA

Ficam mantidos os itens da Pauta da 80ª Sessão Ordinária publicada no D.O.C. de 1º de fevereiro de 2018, e disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.camara.sp.gov.br), conforme § 6º do art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).

#### 104ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2018, LOGO APÓS À SESSÃO ORDINÁRIA.

ORDEM DO DIA:  
1 - PL 610 /2017 , DO EXECUTIVO  
Desincorpora da classe de bens de uso comum do povo e transfere para a classe de bens dominiais o imóvel municipal situado na rua João Burjakian, distrito de Mandaquí, bem como autoriza a sua alienação, mediante licitação.  
FASE DA DISCUSSÃO: 1ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.  
2 - PL 404 /2017 , DO EXECUTIVO  
Dispõe sobre a alienação dos bens imóveis que especifica no âmbito do plano municipal de desestatização – PMD.  
FASE DA DISCUSSÃO: 1ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.  
3 - PL 853 /2017 , DO EXECUTIVO  
Introduz alterações na lei nº 13.241, de 12 de dezembro 2001, que dispõe sobre a organização dos serviços do sistema

de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo e autoriza o poder público a delegar a sua execução.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

#### 105ª A 107ª SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA 17ª LEGISLATURA, A SEREM REALIZADAS EM 27 DE FEVEREIRO DE 2018, LOGO APÓS A 104ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

ORDEM DO DIA:  
Serão mantidos os itens remanescentes da Sessão Extraordinária anterior.

#### 108ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2018, APÓS A 107ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

ORDEM DO DIA:  
1 - PL 259 /2013 , dos Vereadores ALESSANDRO GUEDES (PT) E RODOLFO DESPACHANTE (PHS)

Obriga o Poder Municipal a publicar na Imprensa Oficial, disponibilizar no site oficial da Prefeitura, e em cada unidade escolar, dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos de ensino infantil e fundamental da Rede Municipal de Educação.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

2 - PL 477 /2017 , da Vereadora ALINE CARDOSO (PSDB)  
Dispõe sobre o programa de fomento ao desenvolvimento de atividade econômica em bens tombados e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA (ENCERRADA A DISCUSSÃO)

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA VEREADORA ADRIANA RAMALHO 3 - PL 154 /2017 , do Vereador ARSELINO TATTO (PT), JANAÍNA LIMA (NOVO)

Institui o "programa fim do trote violento" e proíbe a prática de trotes de caráter violento ou constrangedor na recepção de novos alunos em instituições de ensino superior sediadas no município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

4 - PL 29 /2015 , do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB)  
Estabelece a equiparação dos portadores de doença renal crônica com os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais para fins de acessibilidade e oportunidades com referência ao percentual legal de vagas reservadas aos deficientes, no âmbito do Município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

5 - PL 130 /2017 , do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB)  
Estabelece parâmetros para a implantação de jiras em edificações.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

6 - PL 76 /2013 , do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB)  
Dispõe sobre o estabelecimento de prazo de 18 meses (prorrogáveis) para descontaminação de áreas com passivos ambientais citadas na Lei 15.098/2010 e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

7 - PL 256 /2014 , dos Vereadores AURÉLIO NOMURA (PSDB), ADRIANA RAMALHO (PSDB) E PATRICIA BEZERRA (PSDB)

Dispõe sobre a Instituição da "Feira de Troca de Brinquedos" no município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

8 - PL 261 /2014 , dos Vereadores AURÉLIO NOMURA (PSDB), SÂMIA BOMFIM (PSOL), FLORIANO PESARO (PSDB) E OUTROS SRS. VEREADORES

Dispõe sobre o direito das pessoas que mantenham união estável homoafetiva à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

9 - PL 9 /2009 , dos Vereadores CALVO (PDT), MARTA COSTA (PSD), FLORIANO PESARO (PSDB), MARA GABRILLI (PSDB), GILSON BARRETO (PSDB), EDUARDO TUMA (PSDB), ADRIANA RAMALHO (PSDB) E AURÉLIO NOMURA (PSDB)

Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Cuidador Cidadão, destinado a promover a figura do cuidador voluntário de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estimular essa atividade e fornecer o respectivo treinamento, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

10 - PL 608 /2017 , do Vereador CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)

Dispõe sobre a criação do parque municipal pedreiras de Brasília, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

11 - PL 294 /2017 , do Vereador CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)

Dispõe sobre a identificação de preposto de empresas prestadoras de serviço para adentrar em propriedade privada no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

12 - PL 68 /2017 , do Vereador CLAUDIO FONSECA (PPS)  
Dispõe sobre alterações na lei nº 14.660, de 26 de novembro de 2007, visando atender o § 4º do art. 2º da lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, quanto ao mínimo das jornadas de trabalho docente, destinado para hora/atividades para os profissionais de educação, docentes do quadro dos profissionais de educação do ensino municipal de s. Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 1ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS

13 - PL 421 /2011 , do Vereador CLAUDIO FONSECA (PPS)  
Altera a Lei nº 14.660 de 26 de dezembro de 2007 com a finalidade de incluir na competência do Conselho de Escola a transferência compulsória de alunos para outra unidade escolar da região.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

14 - PL 574 /2017 , do Vereador CONTE LOPES (PP)  
Dispõe sobre a criação da farmácia veterinária popular intitulada "farmácia do pet e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

15 - PL 50 /2014 , do Vereador CORONEL TELHADA (PSDB)  
Dispõe sobre a prevenção de acidentes em piscinas no âmbito do município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

16 - PL 376 /2017 , do Vereador DALTON SILVANO (DEMOCRATAS)

Cria o programa de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior na cidade de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

17 - PL 347 /2012 , do Vereador DALTON SILVANO (DEMOCRATAS)

Dispõe sobre o valor fixo máximo a ser pago pelos taxistas a título de diária pela utilização do veículo, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

19 - PL 820 /2017 , do Vereador EDUARDO TUMA (PSDB)  
Institui o selo multinível legal no âmbito do município de São Paulo. (institui a concessão de selo às empresas do setor privado que realizem venda direta, com a previsão de remuneração aos seus distribuidores independentes através da formação de rede multinível e que não participem de pirâmide financeira).

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

20 - PL 185 /2011 , do Vereador ELISEU GABRIEL (PSB)  
Estabelece a proibição do descarte de óleos e gorduras animais ou vegetais na rede coletora de esgoto e águas pluviais no município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

21 - PL 248 /2009 , do Vereador ELISEU GABRIEL (PSB)  
Dispõe sobre a proibição da cobrança de caução, por meio de depósito, nota promissória ou qualquer outro título de crédito, no ato ou anteriormente ao tratamento, para possibilitar a internação médica ou atendimento de pessoas em situação de urgência e emergência em hospitais da rede privada e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

22 - PL 497 /2015 , do Vereador ELISEU GABRIEL (PSB)  
Autoriza o Poder Executivo, a alterar a Lei nº 10.429 de 24 de fevereiro de 1988, o Decreto nº 33.892 de 16 de dezembro de 1993, sobre a reorganização do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

23 - PL 384 /2017 , do Vereador FABIO RIVA (PSDB)  
Cria a prefeitura regional do Jaraguá/Taipas e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

24 - PL 44 /2017 , do Vereador FABIO RIVA (PSDB)  
Dispõe sobre a doação com encargo à Administração Municipal de terrenos para edificação de habitações de interesse social e habitações para o mercado popular.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

25 - PL 588 /2017 , do Vereador FABIO RIVA (PSDB)  
Altera a redação do artigo 7º - item 1, da lei 13.399/2002, incluindo o Anhanguera na nomenclatura da Prefeitura Regional de Perus.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

26 - PL 524 /2017 , do Vereador FERNANDO HOLIDAY (DEMOCRATAS)

Altera a lei 10.365 de 1987(Disciplina o corte e a poda de vegetação de

porte arbóreo existente no Município de São Paulo), para permitir que a poda de árvore seja feita por pessoa jurídica privada, cadastrada perante o município.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES.

27 - PL 456 /2009 , dos Vereadores GOULART (PSD), RODRIGO GOULART (PSD)

Dispõe sobre a inclusão de terapeutas ocupacionais nas equipes multidisciplinares e multiprofissionais em programas de assistências à saúde no Município de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

28 - PL 62 /2017 , da Vereadora JANAÍNA LIMA (NOVO)  
Dispõe sobre a inclusão de conceitos de empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

29 - PL 472 /2017 , da Vereadora JANAÍNA LIMA (NOVO)  
Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelo poder executivo quanto à autorização para a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

30 - PL 564 /2017 , da Vereadora JANAÍNA LIMA (NOVO)  
Altera disposições previstas nas leis nº 14.029, de 13 de julho de 2005, e nº 14.141, de 27 de março de 2006, nos termos que especifica e dá outras providências. (Visa crescer dispositivos na lei do processo administrativo municipal: comunicação por meio eletrônico, entre outros).

FASE DA DISCUSSÃO: 2ª  
APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA